

EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO OLHAR GEOGRÁFICO

Leila Maria Panho¹

RESUMO

Partimos da concepção que a Educação do Campo precisa ser planejada em todos os níveis, desde a educação infantil até o ensino superior para sua efetivação. Com isso, é necessário que o lugar de vivência dos alunos seja valorizado como ponto de partida para a compreensão das relações socioespaciais em diferentes escalas geográficas. Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é compreender algumas reflexões a cerca da Educação do Campo a partir do olhar geográfico. Como instrumento metodológico, utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental, além de discussões feitas em sala de aula. Os resultados do estudo revelam que ao debater assuntos que perpassam pelo lugar de vivência dos alunos das escolas do campo, o interesse, a motivação e a participação, quando bem trabalhados pelos professores, podem despertar a elevação do senso comum ao saber científico. A geografia, enquanto ciência de compreensão do espaço geográfico tem grande potencial em desenvolver o senso crítico no alunado. É a partir desses parâmetros que a Educação do Campo no Brasil e no Estado do Paraná precisa avançar ainda mais, mesmo diante de todas as conquistas já alcançados, sempre há melhorias a serem feitas de ordem pedagógica, estrutural, política, entre outras.

Palavras-chave: Educação do Campo. Reflexões. Ensino. Geografia.

INTRODUÇÃO

Está longe de ser simples fazer com que as escolas do campo, utilizem metodologias que levem o aluno a refletir sobre a complexidade do lugar em que vive, compreendendo e agindo sobre o mesmo como sujeito. A educação do Campo precisa contemplar o lugar de vivência dos alunos, que além de serem espaços de produção de alimentos, são espaços da cultura, da identidade, da política, da economia, etc.

Nessa pesquisa, o nosso objetivo consiste em compreender algumas reflexões a cerca da Educação do Campo a partir do olhar geográfico. A construção do artigo se justifica diante da necessidade que temos em construir cada vez mais profissionais capacitados para atuar nas escolas do campo.

¹ Licenciada em Geografia. Atualmente Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia – Unioeste, campus de Francisco Beltrão – PR. Bolsista Capes. E-mail: leilapanho@hotmail.com

As colocações apresentadas neste artigo, também fazem parte das discussões proferidas durante o 3º e 4º ano da graduação em Geografia (Licenciatura), nas disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste. Para alcançarmos o objetivo proposto, primeiramente, realizamos um levantamento teórico-bibliográfico, selecionando leis, livros, teses, dissertações e artigos científicos, que pudessem contribuir para a problematização da temática Educação do Campo e ensino de Geografia. Logo depois, realizamos algumas reflexões em conjunto com as discussões feitas em sala.

O artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item a introdução; em seguida, apresentamos uma discussão a cerca da Educação do Campo e as leis que amparam sua existência e igualdade; posteriormente apresentamos a contribuição da ciência geográfica na Educação do Campo; no quarto e último item, apresentamos as considerações finais.

A Educação do Campo

A histórica das práticas educativas no campo emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. Os antigos traços da colônia brasileira de exploração dividida em classes sociais formaram, em grande parte, a estrutura fundiária do país. Atrelada a essa estrutura fundiária hierarquizada, a educação rural (como era denominada na época) definia que, para viver na “roça” não haveria necessidade de amplos conhecimentos. Diante dessa concepção, para os trabalhadores do campo não seria importante à formação escolar nos mesmos moldes daquela oferecida às elites brasileiras. (ANTONIO e LUCINI, 2007).

A educação de forma geral sempre esteve nas constituições brasileiras, porém para a Educação do Campo não era dada atenção especial. Somente a partir do século XX, nas duas primeiras décadas, a mesma passou a ser questionada, devido ao surto de migração interna no país do campo para a cidade, fruto, em partes, do processo de modernização da agricultura e das indústrias situada nas cidades. Para conter este movimento, nasce o Ruralismo Pedagógico e a Sociedade Brasileira de Educação Rural, que tiveram por

finalidade fixar o homem no meio rural através da expansão do ensino para os lugares mais afastados. (PARANÀ, 2006).

Mais tarde, em 1940, foi criada as Missões Rurais e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), no intuito de levar ao campo uma educação governamental voltada aos pobres, como ato de proteção e assistência aos camponeses. Desta forma, as origens dos problemas que assolavam o campo na época não eram discutidos, mas acobertados.

Com a aprovação da Constituição de 1988, que estabeleceu a educação como um direito de todos os cidadãos, as especificidades contidas no campo começaram a ser reconhecidas na construção pedagógica. Porém, nada se efetiva materialmente na área rural, as condições de ensino ainda continuavam extremamente precárias. (PARANÀ, 2006).

Os princípios da luta por uma Educação do Campo nascem nos movimentos de reforma agrária, como contraponto a realidade e demonstrando uma alternativa de educação e ressignificação do espaço rural. O desafio lançado por estes órgãos foi de criar uma Educação do Campo que levasse em consideração o contexto e a cultura do indivíduo, seu modo de percepção do tempo, do espaço e do meio ambiente, além de seu modo de vida. (CALDART, 2008).

Um dos primeiros encontros nacionais que deu fôlego as discussões sobre a Educação do Campo, ocorreu em 1988, chamado de I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, no qual participaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). (CALDART, 2008).

As conferências e leis aprovadas sobre a Educação do Campo foram em grandes proporções, motivados pela aprovação da Constituição Federal de 1988, que no artigo nº 205 ressalta ser “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988. p. 107)”.

Assim, a educação se caracteriza como um processo que prepara os sujeitos (alunos) para exercerem o direito de cidadão, criticando e agindo sobre o meio em que vive. Por isso precisa ser oferecida, independente do nível e localização da escola, de forma igualitária para todos, sendo dever do Estado assegurar este direito.

O ensino, conforme o artigo nº 206 da Constituição Federal tem como princípios segundo o Quadro 01:

| |
|---|
| I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; |
| II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; |
| III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; |
| IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; |
| V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; |
| VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; |
| VII - garantia de padrão de qualidade. |

Quadro 01 - Princípios do ensino segundo a Constituição Federal de 1988.
Fonte: BRASIL, 1988. p, 107. Org.: PANHO, 2015.

O Quadro 01 retrata as mesmas condições para todos os alunos no acesso e permanência na escola, sendo necessário que condições estruturais e do corpo docente seja garantida pelo poder público. Além disso, que a escola seja um espaço plural, de liberdade para as especificidades de cada lugar, dos alunos, dos professores e da sociedade em geral.

No final da década de 90, vários encontros e discussões sobre a Educação do Campo surgem com o apoio do MST e da UNICEF. A Educação do Campo surge como uma nova alternativa de ressignificação do espaço rural, levando em consideração as características locais como a cultura, o modo de percepção do tempo e do espaço, os costumes e as peculiaridades naturais e socioeconômicas.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O artigo nº28 refere-se à educação básica voltada para a população que reside na área rural, na qual há necessidade de

promover adaptações voltadas às peculiaridades de cada região, no que se refere principalmente aos:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, p. 11).

Diante da LDB é preciso ressignificar a Educação do Campo, dando sentido e utilidade aos assuntos trabalhados em sala para a vida cotidiana dos alunos em suas casas. Mas, para que isso se concretize é necessário que o currículo e as metodologias sejam alterados de acordo com as necessidades de cada lugar e sociedade.

Em meados dos anos 2000 foi criada a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, que teve como membros: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a ASSESOAR, o MST, as Cooperativas da Agricultura Familiar de Interação Solidária (CRESOL), o Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), a Universidade tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Um dos resultados foi à criação do departamento de Educação do Campo, na Secretaria de Estado da Educação do Paraná em 2002. Desde então, a Educação do Campo passou ser lembrada e articulada nas discussões da sociedade e do poder público no âmbito estatal. (PARANÁ, 2006).

No Estado do Paraná, a situação precária e marginalizada das Escolas do Campo, teve um processo similar ao histórico nacional. Quando se constatou altos índices de analfabetismo na área rural do Paraná, a união entre o MST, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e a Comissão Pastoral da Terra, resultou na procura de estabelecer ligações entre as escolas do campo e o governo Estadual, reivindicando que subsídios fossem dados para a efetivação da educação dos jovens e adultos do campo. Dentre as conquistas, citamos a criação dos Cadernos Temáticos do Campo em 2002 e o Projeto Vida na Roça. (PARANÁ, 2006).

Resultado dos vários encontros estaduais e nacionais que debateram sobre a Educação do Campo no final da década de 80 e 90, foi que em 2002, o governo do Estado do Paraná aprova-se a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril. A mesma institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo do Estado, sendo a primeira lei voltada para as escolas do campo que, previa o reconhecimento e a necessidade de criar uma diretriz específica para a Educação do Campo. (PARANÁ, 2002).

O objetivo central da lei, conforme o artigo nº 02 é constituir um conjunto de princípios e procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal, quais proporcionarão educação de qualidade a todos. (PARANÁ, 2002).

A lei ainda expõe nos artigos nº03, nº04 e nº05, que a realização dos procedimentos citados acima, só terá resultados quando todos participarem do processo de construção, independente se residem na área rural ou urbana, mas que reconheçam a importância da educação escolar, principalmente das peculiaridades do campo para a construção de uma sociedade mais digna e justa. (PARANÁ, 2002).

Em 2004, ocorreu a II Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, na qual foram compartilhadas experiências e reflexões que aconteceram desde a primeira conferência em 1988, com o desígnio de aperfeiçoar a busca por uma Educação do Campo de qualidade. (PARANÁ, 2008).

Um projeto educativo, de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (DCE's) de Geografia de 2008, precisa atender igualmente os sujeitos, seja qual for à condição socioeconômica, étnica e cultural. Essas características devem ser potencializadas na relação ensino-aprendizagem, independente do conteúdo, que se concretizam no espaço escolar (PARANÁ, 2008).

Precisamos de uma Educação **do** Campo e não apenas **no** Campo, de modo que a relação ensino-aprendizagem atenda as necessidades dos agricultores familiares, camponeses, trabalhadores, assentados, enfim, todos

os que vivem e desenvolvem alguma atividade no campo. Hoje, o maior desafio das escolas do campo é superar a aplicação da concepção de Educação do Campo nos mesmos parâmetros pensados para as escolas da área urbana. (CALDART, 2008).

Para que a escola **no** campo se torne cada vez mais **do** Campo, se faz necessário reconhecer que a mesma pertence ao lugar, sendo essencial uma aproximação com a comunidade local. Assim, é possível estabelecer um diálogo entre os conhecimentos escolares e o saber popular. É importante valorizar e refletir sobre a experiência cotidiana dos alunos, pois o processo de reapropriação do saber comum diante de uma base científica proporciona surgimento de novas indagações, no qual o conhecimento é construído. (CALDART, 2008).

Para que a escola no campo torne-se cada vez mais **do** campo, é necessário um processo gradativo de pertencimento, de aproximação da escola e de seus sujeitos com a comunidade local. O intuito é fazer a relação entre o conhecimento acadêmico, o conhecimento escolar e o conhecimento popular. (ARAUJO, 2011).

As tensões na produção dos saberes científicos, na maioria das vezes, diminui o saber comum. Contudo, nas escolas a valorização e a reflexão das experiências dos sujeitos é muito importante, já que ao se apropriar do conhecimento o aluno produz novas indagações. Mas acima de tudo, é preciso ter cuidado para não cair na “relativização do conhecimento”, não saindo do sendo comum. (CALDART, 2008).

Portanto, há necessidade de ainda hoje ajustar a Educação do Campo as suas peculiaridades, ultrapassando aquelas propostas que colocam como objetivo apenas a função de fixar as crianças e jovens na terra e conter o êxodo rural. Para fortalecer a ideia de Educação do Campo é preciso priorizar o local, lugar de construção da identidade do aluno. Diante das explanações de algumas características do percurso histórico de constituição da Educação do Campo, no próximo item, vamos dar destaque às contribuições da geografia para a consolidação da mesma.

Geografia e Educação do campo

Se analisarmos a história da Educação do Campo pode-se traçar um paralelo semelhante com o que ocorreu no ensino de geografia no Brasil a partir de 1964, início do período militar. Este período foi de intensa modificação no cenário agrícola, principalmente, com o processo de modernização excludente que aconteceu no campo. Naquele momento o ensino de geografia adequava-se ao modelo tradicional de educação, com a simples memorização dos conteúdos, sem nenhum questionamento crítico da realidade histórica e social. O todo era compartimentado em várias partes. O estudo isolado das partes formava um ser alienado, que não tinha competência, na maioria das vezes, de entender o todo. (ALVES e MAGALHÃES, 2008).

O referencial teórico positivista, base da educação nestes anos, não dava subsídios para a compreensão do mundo e as mudanças que vinham ocorrendo, que se caracterizavam no encurtamento das distâncias, através dos avanços tecnológicos nas áreas do transporte e da comunicação. O processo de decorar conceitos e números ligados à geografia se destacava, porém a junção e interpretação dos mesmos não eram realizados (BISPO; MENDES, 2008).

Estes foram alguns dos pressupostos que fizeram surgir à geografia crítica, com base no materialismo histórico dialético, que busca o entendimento do espaço a partir das relações humanas ao longo da história. O materialismo histórico dialético possibilitou a compreensão do espaço a partir da ação contínua do homem. (BISPO; MENDES, 2008).

A Geografia crítica busca o estudo do espaço, investigando os aspectos socioambientais e as inúmeras relações que se estabelecem em escala local, regional, nacional e mundial. Dessa forma, surge como uma ciência de “elo”, proporcionando diálogo entre áreas aparentemente distintas do conhecimento. Este elo na visão da geografia crítica é importantíssimo na construção de um pensamento crítico e dialético no ensino de geografia. (COSTA; SANDES, 2013).

Questões sociais, culturais e econômicas devem fazer parte dessa teia de investigações dos educadores, visto que são elementos que fazem parte do cotidiano dos alunos do campo e precisam ser valorizados pela geografia da sala de aula e da realidade dos educandos. Isso leva aos alunos a

possibilidade de entenderem os fatores que caracterizam a estrutura do espaço rural ao longo dos anos. (COSTA; SANDES, 2013).

É essencial que o planejamento das aulas de geografia seja realizado, contemplando as dificuldades gerais e específicas dos alunos do campo, priorizando o conteúdo que tenha valor utilitário. Diante desse desafio, torna-se fundamental que o professor conheça seus alunos, e a partir desse contexto, possa construir junto uma educação que promova a superação de suas condições socioculturais (BISPO; MENDES, 2008).

Portanto, a mudança de postura e práticas do professor de geografia é essencial. O professor de geografia precisa perguntar-se: por que aprender? Para quê? Contra quê? Contra quem? O processo de aprendizagem não pode ser neutro. O importante é aprender a pensar, a pensar a realidade e não apenas pensar o que já foi pensado por muitas pessoas (COSTA; SANDES, 2013).

A Educação do Campo tem grandes resultados quando há a formação do educador do campo para além do âmbito individual, em um contexto mais amplo na qual não se pode privilegiar as matérias e os conteúdos curriculares, deixando de lado os sujeitos que ocupam aquele espaço e estão vinculados intrinsecamente as práticas agrícolas. Porém, essa intervenção do educador depende da sua trajetória formativa.

A partir desses esclarecimentos pode-se afirmar que a geografia pode contribuir muito para a Educação do Campo, estabelecendo uma relação de existencialidade com os alunos. A principal delas é entender a produção do espaço rural e suas relações com o urbano a partir do entendimento do lugar.

A geografia escolar possibilita aprender a ler o mundo, ler o espaço e compreender que as paisagens são frutos das relações que os homens e mulheres estabelecem para sobreviver. Para aprender a pensar o espaço, o professor precisa criar condições para que a criança leia o espaço vivido por ela. (CALLAI, 2005).

O estudo do lugar como possibilidade de aprender geografia considera a vida dos alunos no contexto escolar, abre oportunidades de desenvolver habilidades e competências que contribuem para a formação cidadã, pois os mesmos ao entenderem o espaço de vivência, terão oportunidade de criticar e agir sobre ele.

Apreender as especificidades do campo, como a expressão de um espaço geográfico dinâmico é um importante começo para que o ensino de geografia colabore no projeto de Educação do Campo. A mudança é a única saída para formar os alunos que residem do espaço rural sujeitos críticos e políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo no Brasil e no Estado do Paraná avançou muito durante as três últimas décadas, dispondo de leis e diretrizes que aparam a sua legalidade e igualdade, além de preceitos norteadores das práticas pedagógicas.

No contexto atual, ainda na busca por uma Educação do Campo de boa qualidade, a mesma é construída em meio a saberes científicos e escolares, além de elementos que fazem parte do lugar de construção da identidade dos alunos, sendo que, estes refletem resquícios da cultura tradicional dos moradores e estão imbricados por elementos dos lugares globalizados do século XXI.

Quando as características dos locais de vivência dos alunos são utilizadas como ponto de partida para o ensino de Geografia, atrelado aos saberes científicos, os mesmos podem estimular a participação dos alunos na construção do conhecimento e, conseqüentemente, proporcionar sentido e significado aos assuntos abordados em sala para o cotidiano dos mesmos. A relação professor e aluno é o ponto chave para a transformação da Educação do Campo.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação no campo: recortes no tempo e no espaço**. Campinas: Autores associados, 2009.

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. "Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação". In: **Caderno Cedes**. vol. 27, n. 72: Campinas, 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 agosto 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC: Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 30 outubro 2015.

BISPO, Claudia e MENDES, Estevani. A educação escola, o ensino de Geografia e os aspectos socioculturais da população do campo. In: **Espaço em revista**. v. 10: São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/espaco/index#.VmiX6NlrLIU>. Acesso em 10 agosto de 2015.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: **II Encontro Nacional de pesquisa sobre Educação do Campo. Brasília**, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v7n1/03.pdf>. Acesso em: 10 agosto de 2015.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Caderno Cedes**, v.25, n.66: Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 10 novembro 2015.

MAGALHÃES, Sandra. ALVES, Welligton. O ensino de Geografia nas escolas do campo: reflexões e propostas. In: **Revista da Casa de Geografia de Sobral**. v. 10. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs>. Acesso em: 15 agosto 2015.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. SEED: Curitiba, 2006. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em: 30 outubro 2015.

PORTILHO, Eliethe Aparecida. **Escola e realidade do campo**: o caso do centro de educação fundamental Pípiripal II – Planaltina- DF. Dissertação de mestrado (FE/UnB): Brasília, 2006.

SANDES, André; COSTA, João. “Ensino da Geografia em escolas do campo”. In: **Simpósio Baiano de Geografia Agrária e Semana de Geografia da UESB**. Vol.1. nº 1: Bahia, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2009.